



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 371/2016-GP

Brasília-DF, 28 de Janeiro de 2016

Prezada Senhora,

Em conformidade com o art. 5º da Portaria-TCDF nº 38/2015, publicada no DODF de 06.01.15, cumpre-me dirigir a Vossa Senhoria para encaminhar, em anexo, cópia do inteiro teor da Decisão nº 5753/2015, proferida por este Tribunal na Sessão Ordinária nº 4831, realizada em 01/12/2015, quando apreciou o Processo nº 22034/2014.

Na oportunidade, informo que o(s) documento(s) relacionado(s) ao mencionado processo, quando disponível(is) para consulta, encontra(m)-se no endereço eletrônico do TCDF, <http://www.tc.df.gov.br>, pesquisando processo pelo número, na aba "Peças".

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

Olavo Medina
Secretário das Sessões

À Senhora
ROSEMEYRE DA SILVA

Nesta

gabriela.cruz



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
 NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Memorando nº 73/16–NFO

Brasília, 26 de outubro de 2016.

À SEGECEX

Assunto: Ofício nº 1655/16-GAB/SEPLAG, de 21.10.2016 (e-doc CE784C9B).

Em atendimento ao ofício antes mencionado, tenho a apresentar as seguintes informações.

De acordo com o art. 5º da Resolução nº 269/2014, é preciso enviar para a Câmara Legislativa a listagem de obras consideradas com indícios de irregularidades graves que não se enquadrem nos requisitos indicados no parágrafo único deste artigo, *in verbis*:

“Parágrafo único. O demonstrativo não contemplará as obras e serviços de engenharia em que:

I – o indício de irregularidade pende de deliberação Plenária, nos termos do art. 4º desta Resolução;

II – o objeto contratado já tenha sido entregue e não exista previsão de parcelas a serem desembolsadas no exercício seguinte;

III – o ajuste tenha sido anulado, rescindido ou encerrado e não exista previsão de parcelas a serem desembolsadas no exercício seguinte;

IV – o cronograma financeiro restrinja-se ao exercício vigente.”

Desde a edição da mencionada Resolução (10/04/2014), tendo em vista tanto a Câmara Legislativa, quanto o controle social na norma instituído (art. 6º), o NFO vem apresentando, quando pertinente, a proposição ao Plenário de enquadramento das obras que fiscaliza tendo por base o que dispõe os arts. 2º e 4º da norma. Essas sugestões e os respectivos processos estão indicados na tabela a seguir:

PRO-CESSO	NOTA TÉCNICA ou INFORMAÇÃO	ENQUADRAMENTO (TEXTO DA SUGESTÃO)	Decisão / data que acatou	Decisão que não acatou, se for o caso
3009/99	Informação nº 04/14	Em face do advento da Resolução nº 269/2014 - TCDF, com esteio		2249/15


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

		<p>no art. 4º, § 1º, c/c o art. 2º, incisos VI e VII, e art. 6º, todos desse normativo, sugere-se a classificação do Contrato nº 153/2008-SO, detalhado no Papel de Trabalho às fls. 3816, como obra com <i>indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade – IGC</i>, haja vista a obra estar recebida provisoriamente e terem sido verificadas as seguintes irregularidades graves: sobrepreço ou superfaturamento, projeto básico ou executivo deficiente, orçamento incompleto ou inadequado, inobservância aos requisitos mínimos exigidos pela Lei nº 8666/93, atraso injustificado na execução, entre outros achados;</p>		
889/09	Informação nº 25/14	<p>Considere o objeto do Contrato n.º 15/2009 como obra de engenharia com indício de irregularidade grave com proposta de continuidade condicionada, conforme Resolução TCDF n.º 269/2014; Remeta à Câmara Legislativa do Distrito Federal as informações necessárias para cumprimento do art. 69 da Lei nº 5.164/2013 (LDO 2014);</p>		
26530/08	Informação nº 34/15	<p>Considere o objeto do Contrato nº 97/2009-SO como obra de engenharia com indício de irregularidade grave com proposta de continuidade condicionada - IGCC, conforme Resolução TCDF n.º 269/2014, e remeta à Câmara Legislativa do Distrito Federal as informações necessárias para cumprimento do art. 69 da Lei nº 5.164/2013 (LDO 2014), conforme Papel de Trabalho acostado às fls. 3098;</p>		
30101/10	Informação nº 24/14	<p>Considere o objeto do Contrato nº 523/2010 como obra de engenharia com indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação – IGP, nos termos</p>		


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

		da Resolução nº 269/2014, conforme Resolução TCDF nº 269/2014, e remeta à Câmara Legislativa do Distrito Federal as informações necessárias para cumprimento do art. 69 da Lei nº 5.164/2013 (LDO 2014), conforme Papel de Trabalho acostado às fls. 1752		
31531/10	Informação nº 1/15	Classifique os Contratos nºs AC 001/09-ST e AC 002/09-ST, como detalhado no “Papel de Trabalho Resolução 269_14” às fls. 1983, como obra com indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade – IGC, haja vista a obra estar recebida e terem sido verificadas as seguintes irregularidades graves: superfaturamento, projeto executivo deficiente, orçamento inadequado, afronta aos requisitos exigidos pela Lei nº 8666/93, critério de medição inadequado, execução com qualidade deficiente, descumprimento de decisão do Tribunal, entre outros achados;	Decisão nº 5369/15 (com redação pela audiência prévia)	
18970/08	Informação nº 20/15	O contrato em discussão nestes autos foi enquadrado como obra com indício de irregularidade grave tendo como fundamento a Portaria nº 202/2007. Tal Portaria foi revogada e atualmente o assunto é regido pela Resolução nº 269/2014. Tal obra deve permanecer assim enquadrada para os fins estabelecidos no art. 6º da Resolução nº 269/14, referente ao controle social. Portanto, não há, neste caso, nenhuma medida a sugerir ao Plenário.	N.A.	N.A.
22999/14	Relatório de Inspeção nº 02/16	Com fulcro no § 3º, do art. 4º, da Resolução nº 269/2014 - TCDF, conceda prazo de 30 (trinta) dias para que a Novacap se manifeste quanto ao enquadramento do Contrato nº 591/2013–ASCAL/PRES como serviço de enge-		


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

		nharia com indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade – IGC, haja vista o serviço ter sido entregue, porém, com indício da irregularidade constante do achado 1, qual seja, elaboração e entrega de projeto básico e executivo sem cobertura contratual e licitação fraudulenta <i>a posteriori</i> para regularização da situação de fato pré-existente;		
1500/15	Informação nº 21/16	Com fulcro no § 3º, do art. 4º, da Resolução n.º 269/2014- TCDF, conceda prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para que a SE-MOB se manifeste exclusivamente quanto ao enquadramento dos objetos dos contratos listados na Tabela 1 da Informação nº 21/2016-NFO como obras com indícios de irregularidades graves que não prejudicam a continuidade - IGC, com esteio no art. 2º, inciso VI e inciso VII, haja vista terem sido apontadas diversas irregularidades graves no Relatório de Auditoria de fls. 558/706, também relacionadas na coluna “Enquadramento” da mesma Tabela 1;		
24500/05	Relatório de Inspeção nº 03/16	Com fulcro no § 3º, do art. 4º, da Resolução n.º 269/2014 - TCDF, conceda prazo de 30 (trinta) dias para que a Novacap se manifeste quanto ao enquadramento do Contrato nº 502/2007 como obra com indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade, para fins do controle social previsto no art. 6º, sem constar do demonstrativo a ser enviado à Câmara, por se tratar de objeto contratado já entregue e sem previ-		


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

		são de parcelas a serem desembolsadas no exercício seguinte (art. 5º, inciso II);		
8440/13	Informação nº 15/16	Com fulcro no § 3º, do art. 4º, da Resolução n.º 269/2014 - TCDF, conceda prazo de 15 (quinze) dias para que a Novacap se manifeste quanto ao enquadramento do Contrato nº 543/2013–ASCAL/PRES como serviço de engenharia com indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade – IGC, para fins do controle social previsto no art. 6º, uma vez que se trata de objeto contratado já entregue e sem previsão de parcelas a serem desembolsadas no exercício seguinte (art. 5º, inciso II), sendo apontadas as seguintes naturezas de irregularidades, com base no art. 2º, inciso VII, da mesma Resolução: sobrepreço ou superfaturamento, projeto básico ou executivo deficiente e orçamento incompleto ou inadequado;		
6684/13	Informação nº 12/16	Com fulcro no § 3º, do art. 4º, da Resolução n.º 269/2014 - TCDF, conceder prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para que a NOVACAP e a SINESP se manifestem quanto aos indícios de irregularidades graves apontados nesta Informação, ante a possibilidade de enquadramento das obras decorrentes da Concorrência nº 02/2013, referentes ao Programa Asfalto Novo 1, como obras com indícios de irregularidade grave com recomendação de paralisação – IGP, visto que o superfaturamento apontado é materialmente relevante, apresenta grande potencial de ocasionar prejuízo ao erário e configura grave desvio relativamente aos princípios constitucionais a que está	Decisão nº 3020/16	


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

		<p>submetida a Administração Pública, mormente o da economicidade, sendo verificada também irregularidades referentes à inadequação dos critérios de medição e à execução das obras com qualidade deficiente, nos termos do art. 2º, incisos IV (alínea b), VII, e parágrafo único da Resolução nº 269/2014-TCDF, facultando às empresas contratadas indicadas na Tabela 1 o direito de também se pronunciar no mesmo prazo;</p>		
21968/14	<p>Informação nº 11/16</p>	<p>Com fulcro no § 3º, do art. 4º, da Resolução nº 269/2014- TCDF, conceda prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para que a NOVA-CAP se manifeste exclusivamente quanto ao enquadramento do objeto do Contrato nº 622/2011/AS-JUR/PRES como obra com indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação - IGP, com esteio no art. 2º, inciso IV, alínea "b" c/c inciso VI, alíneas "a", "b", "i", "n", haja vista terem sido apontadas as seguintes irregularidades graves no Relatório de Auditoria de fls. 1091/1314: sobrepreço ou superfaturamento (Achados 1, 2 e 3), projeto básico ou executivo deficiente (Achado 4), ausência de termo aditivo formalizando as alterações das condições inicialmente pactuadas (Achado 7), entre outros achados</p>		

Considerando o andamento observado nos processos indicados na tabela anterior, não há obras, que tenham sido acompanhadas por esta Unidade, a indicar para inclusão no demonstrativo ora requerido pela SEPLAG.

Respeitosamente,

ADRIANA CUOCO PORTUGAL

Diretora do NFO